

UFES
NOTA
MÁXIMA
NO MEC

5

ENTRE AS
MELHORES
DO BRASIL

UFES 70
Criando futuros
Escrevendo histórias



A experiência de um curso de extensão na ressignificação das tendências de educação ambiental de agentes públicos municipais

The experience of an extension course in resigning trends in environmental education of municipal public agents

Resumo

Objetivou-se analisar as concepções de meio ambiente e as tendências político-ideológicas de educação ambiental de agentes públicos de 12 municípios do norte do estado do Espírito Santo, participantes do curso de extensão “Educação ambiental e políticas públicas”. Ao ingressar, os servidores preencheram um formulário no qual deveriam apontar quais temas consideravam ser relativos ao meio ambiente e também responderam as seguintes questões: (1) O que é meio ambiente? (2) Como você define educação ambiental? Os resultados indicam uma concepção reducionista de meio ambiente e a predominância da tendência conservacionista de educação ambiental. Ao final, avaliou-se por meio de questionário e análise de conteúdo quais as principais mudanças promovidas pelo curso. Os resultados demonstraram aberturas para a reorientação das concepções e tendências.

Palavras-chave: Educação ambiental; meio ambiente; política pública; gestão ambiental.

Monalisa Rezende da Silva Bezerra
Raphaela Martins de Carvalho
Marcos da Cunha Teixeira
Renato de Almeida
Ana Paula Agrizzi
Anna Cláudia Aparecida
de Alcântara Tristão
Elzeni Santos Silva

monalisabezerraufes@gmail.com
rapha_carvalho@hotmail.com
marcosteixeiraufes@gmail.com
renatoalmeidaufes@gmail.com
agrizzianapaula@gmail.com
annatristao30@gmail.com
elzeni.silva@iema.es.gov.br

Abstract

The objective was to analyze the conceptions of the environment and the political-ideological tendencies of environmental education of public agents from 12 municipalities in the north of the state of Espírito Santo, participants of the extension course “Environmental education and public policies”. When participating, participants filled out a form in which they had to indicate which topics they considered to be related to the environment and answered the following questions: (1) What is the environment? (2) How do you define environmental education? The results indicate a predominance of the conservative tendency of public agents. At the end, the main changes promoted by the course were evaluated through a questionnaire and content analysis. The results revealed openings for reorienting conceptions and trends.

Keywords: environmental education; public policy; environment management.

INTRODUÇÃO

A concepção de meio ambiente aparece na literatura sob distintas formas, podendo ser mais restritiva ao meio natural ou incorporar uma diversidade de aspectos socioambientais, conforme a menor ou maior complexidade no entendimento da relação homem-natureza (Bursztyn; Bursztyn, 2012). No âmbito da psicologia ambiental, a definição desse termo está fundamentada na idealização do ambiente, relacionado ao modo como o indivíduo age e compreende o seu entorno, pois a forma como ele atua mostra a estrutura do seu “mundo interno”. Dessa forma, esse ambiente tem potencial efeito sobre uma pessoa ou um grupo, seja por influências percebidas abertamente ou sensorialmente, no subconsciente ou como espaço de ação (Kruse, 2005). A partir dessas distintas maneiras de se compreender as questões relacionadas ao meio ambiente, diferentes visões e posturas são tomadas frente às problemáticas ambientais (Oliveira; Corona, 2008). Isto posto, entende-se que não basta dizer que se faz educação ambiental, mas torna-se necessário explicitar qual educação se faz (Layrargues; Lima 2014).

As concepções de meio ambiente estão diretamente vinculadas às diferentes tendências político-ideológicas de meio ambiente e as representações de educação ambiental. A compreensão das tendências político-ideológicas relacionada ao meio ambiente pode ser analisada no contexto das representações sociais, o que contribui para os processos de formação de condutas e orientação de comunicações coletivas (Reigota, 2010). Considerando as representações sociais de meio ambiente no contexto brasileiro, Reigota, por meio de estudos com diferentes grupos sociais, identificou três tipologias: (1) naturalista: compreendendo a definição de meio ambiente como sinônimo de natureza, confundindo-se com conceitos ecológicos e excluindo o ser humano; (2) antropocêntrica: quando o meio ambiente é reconhecido como recurso para satisfação das necessidades humanas; e (3) globalizante: o meio ambiente é caracterizado como as relações entre a sociedade e a natureza, e as consequências sociais que dela decorrem, abrangendo também as questões culturais, econômicas e políticas.

Para Layrargues e Lima (2014) existem interpretações distintas no campo da educação ambiental brasileira, reconhecendo três macrotendências pedagógicas: (1) A macrotendência conservacionista manifesta-se por meio de correntes comportamentalistas e de atividades de senso-percepção ao ar livre, vinculadas aos conceitos da ecologia e à valorização afetiva em relação à natureza, baseada em uma mudança no comportamento individual. (2) A macrotendência pragmática, que emerge em um segundo momento, no contexto de extremo consumo e produção advindo do pós-guerra, apresenta o desenvolvimento sustentável como solução das questões ambientais, mas sem uma leitura crítica da realidade, deixando a desejar no que diz respeito à articulação das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas para reflexão sobre o atual modelo de produção. Essa perspectiva é considerada uma derivação do mes-

mo pensamento da tendência conservacionista, pois percebe o meio ambiente destituído de componentes humanos, como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento. (3) A terceira macrotendência, denominada crítica, surge no Brasil sob a influência de um cenário político que sucedeu o período da ditadura militar, tendo como resultado a redemocratização e o surgimento de novos movimentos sociais, expressando novos conflitos e demandas, incluindo as ambientais. Nesse contexto, não é possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos, afinal, as causas constituintes dos problemas têm origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes (Layrargues; Lima, 2014).

A educação se apresenta como um dos meios pelos quais os humanos garantem o sentido de realização ao atuarem na história, transformando-a e sendo transformados no processo de construção de alternativas ao modo como se organizam e vivem em sociedade (Loureiro, 2005). Nesse contexto, pressupõe-se que não é possível compreender os desafios ambientais dissociados dos conflitos sociais, uma vez que a crise ambiental atual não expressa problemas da natureza, mas situações que se manifestam nela (Layrargues; Lima, 2014). Por essa razão, as tendências críticas têm mostrado grande potencial para sair da condição contra-hegemônica, para ocupar lugar central no campo da educação ambiental, atualmente ocupado pela macrotendência pragmática (Layrargues; Lima, 2014). Nesse sentido, a Educação ambiental crítica possui potencial para assessorar os processos de gestão ambiental de forma democrática e dialógica.

A gestão ambiental apresenta-se como um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que transformam o meio físico natural e construído, definindo e redefinindo o modo como a qualidade do meio ambiente é alterada e como ocorre a distribuição dos custos e benefícios dessas ações (Quintas; Oliveira, 1995). Assim, a relação entre os diferentes atores sociais e institucionais na gestão dos recursos naturais assume papel cada vez mais importante, sobretudo na denúncia das contradições entre os interesses privados e públicos (Jacobi, 2005). Com isso, a educação ambiental apresenta-se de forma essencial na gestão ambiental, visto que a prática dialógica pode proporcionar condições à participação dos diferentes segmentos sociais na elaboração e implementação de ações que afetam a qualidade do meio natural, social e cultural (Quintas; Oliveira, 1995).

A educação ambiental, aliada à gestão, carrega o potencial da formação para o exercício da cidadania, inclusive da classe mais afetada pelos riscos ambientais, no contexto do fortalecimento do espaço público, principalmente quando ele está relacionado ao meio ambiente entendido como local de vida cotidiana (Layrargues, 2000; Magalhães; Loureiro, 2016). Diante disso, é fundamental refletir sobre o papel do agente público enquanto gestor das políticas de educação ambiental, compreendendo que suas concepções de meio ambiente e as

tendências político-ideológicas de educação ambiental com as quais se identificam, terão forte influência em sua práxis.

Apoiando-se na representação social globalizante (Reigota, 2010) e na abordagem crítica de educação ambiental (Layrargues; Lima, 2014), deduz-se que quanto mais complexo for o conceito de meio ambiente dos agentes públicos, maior sua capacidade de fazer conexões entre as diferentes questões que permeiam a realidade (Teixeira; Andrade; Santana, 2011). Portanto, a capacitação dos gestores públicos municipais representa uma condição necessária ao planejamento e ao desenvolvimento de políticas públicas de educação ambiental - condições imprescindíveis para alcançar uma gestão de qualidade, que atenda à população de forma coletiva e participativa. Essa capacitação é fundamental na gestão municipal para direcionar a sociedade na tomada de consciência dos seus direitos enquanto cidadãos e nos meios de controle social através da formulação e acompanhamento de políticas (Guimarães; Oliveira, 2019).

Assim, as políticas públicas de educação ambiental devem formentar a produção de ações transformadoras que contribuam na prevenção e enfrentamento dos riscos globais, apoiadas em uma governança democrática robusta, que estimule a reflexividade e a cidadania ambiental. Aprender a prevenir e enfrentar as ameaças numa sociedade de risco, exige a criação de espaços de interlocução para novas formas de participação política e vivência da democracia (Barbosa, 2008).

Mesmo com o aparato nacional e estadual, ainda há “um déficit quanto à formação de educadores ambientais no campo das políticas públicas, o que implica em dificuldades para a institucionalização das políticas em educação ambiental, desde sua criação à implantação, passando também pelo monitoramento e avaliação” (ANPPEA, 2018, p. 6). Dessa forma, apesar dos esforços das diferentes esferas federativas para a implementação de um sistema articulado de políticas públicas, persiste um descompasso entre essas diretrizes e a realidade local. Esse distanciamento é essencialmente evidente no âmbito municipal, onde as políticas públicas impactam de maneira mais direto e efetivo na vida dos cidadãos. Afinal, é no município que se concretiza a práxis da educação ambiental, transformando diretrizes em ações concretas que dialogam com as especificidades do território e das comunidades locais. (Coelho et al., 2021).

Diante do exposto, a formação continuada dos agentes públicos responsáveis pela implementação das políticas municipais de educação ambiental configura-se como um dos primeiros passos nesse processo. Nesse contexto, compreender as concepções e tendências político-ideológicas desses agentes constitui um passo inicial e relevante, pois isso poderá orientar as estratégias para as ações formativas.

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo analisar as mudanças das concepções de meio ambiente e nas tendências político-ideológicas de educação ambiental promovidas pelo curso de extensão “Educação ambiental e políticas públicas” oferecido a agentes públicos municipais.

MÉTODO

O curso de extensão “Educação ambiental e políticas públicas”

Durante o processo de apoio à implementação das políticas municipais de educação ambiental, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IEMA, órgão gestor do programa estadual de educação ambiental no Espírito Santo, identificou a ausência de formação dos servidores para atuarem na elaboração e execução das políticas. Esse cenário levou à proposta de um curso de extensão voltado aos agentes públicos municipais, com o objetivo de capacitá-los para a elaboração e execução de políticas públicas de educação ambiental em seus municípios.

Dessa forma, com o intuito de atender às diretrizes do Programa Estadual de Educação Ambiental, especificamente na linha de “Fortalecimento de Políticas Públicas Municipais de Educação Ambiental”, o Estado, por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e, mais especificamente, da Gerência de Educação Ambiental (GEA), implementou o curso “Educação Ambiental e Políticas Públicas” que visa abranger os 78 municípios capixabas. O curso é oferecido pela Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo - ESESP, em parceria com o Laboratório de Educação Ambiental (LabEA) do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES/UFES), em convênio formalizado por meio de um Termo de Cooperação Técnica. O LabEA atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão desde 2013 e, entre outras ações, desenvolve pesquisas sobre as condições da gestão da educação ambiental no estado.

O curso, com carga horária total de 180h, foi realizado no período de agosto a dezembro de 2021, exclusivamente na modalidade de Educação a Distância (EAD). O ambiente virtual de aprendizagem utilizado para o gerenciamento das atividades foi a plataforma Google Classroom, onde foram disponibilizados o guia de conteúdo dos módulos, materiais complementares, aulas gravadas (asíncronas), atividades e fóruns de discussão temáticos. As aulas síncronas foram conduzidas por meio da plataforma Google Meet, nas terças e quintas-feiras, das 19 às 21 horas. O Quadro 1 apresenta o conteúdo programático ministrado no curso.

MÓDULO	TEMA	CONTEÚDO
1. Educação a Distância	O que é EaD?	Histórico da EaD e sua institucionalização no Brasil; O ambiente virtual de aprendizagem e seus recursos – conhecendo o MOODLE; Navegação virtual para acesso aos materiais multimídias e atividades do curso; Utilização das ferramentas interativas; Envio e recebimento de mensagens individuais e coletivas; Postagem de materiais e atividades online.
2 Fundamentos históricos e filosóficos em Educação ambiental	Fundamentos filosóficos da relação homem-natureza	Os conceitos de natureza na filosofia pré-socrática; As influências da religião na relação homem-natureza; As relações homem-natureza na ciência moderna.
	Histórico da educação ambiental	As questões ambientais após a segunda guerra mundial; A educação ambiental nos marcos internacionais da gestão do meio ambiente.
	Tendências em educação ambiental	A educação ambiental no pensamento sistêmico; A educação ambiental no pensamento complexo; A educação ambiental no modelo de desenvolvimento sustentável; As macro-tendências em EA na atualidade. Atividade integradora: a educação ambiental no contexto socioambiental do território dos municípios.
3 Educação, meio ambiente e sustentabilidade	Meio ambiente, sustentabilidade e direitos humanos	Escolas de economia e os conceitos de desenvolvimento; O conceito de sustentabilidade e os temas relacionados; A ciência da sustentabilidade; Conceitos fundantes das ciências sociais e biológicas; População e recursos; Limites socioambientais; Sistemas socio ecológicos; Ecologia política e justiça ambiental; Governança de bens comuns; Gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade; Práticas em

Quadro 1. Conteúdo programático do curso de extensão “Educação Ambiental e Políticas Públicas”.

Fonte: produção dos autores.

		sustentabilidade; Agenda 21 como instrumento de gestão ambiental; Atividade integradora: a educação ambiental no contexto socioambiental do território dos municípios.
	Educação ambiental e gestão de resíduos	A Política Nacional de Resíduos; Política Estadual de Resíduos – Lei nº 9.264 16/07/2009; A pedagogia dos tantos Rs; Os números da reciclagem no Brasil; Consumo e meio ambiente; Logística reversa; Saúde e meio ambiente.
4 Educação ambiental, legislação e políticas públicas	Noções básicas de direito ambiental e a política nacional de meio ambiente	Conceito e objetivos do Direito Ambiental; Princípios do Direito Ambiental; O meio ambiente na Constituição Federal – CF/88. Sistema Nacional de Meio Ambiente; Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81; Política Estadual de Meio Ambiente – Lei nº 4.701/92; Responsabilidade civil, administrativa e penal por dano Ambiental; Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001.
	A educação ambiental como política pública	Política Nacional de Educação Ambiental – Lei no 9795/1999; Política Estadual de Educação Ambiental – Lei no 9265/2009; Programa Estadual de EA – Decreto no 4178-R/2017; Competências públicas na oferta da educação ambiental; a gestão e oferta da educação ambiental no nível local: limites e possibilidades para os municípios. Atividade integradora: a educação ambiental no contexto socioambiental do território dos municípios.
	A educação ambiental nos processos de licenciamento	Noções básicas sobre o licenciamento ambiental; Aspectos legais da educação ambiental no licenciamento (Instrução normativa IEMA nº 03, de 18.03.2009; O programa de educação ambiental para a comunidade; o programa de educação ambiental para o trabalhador; Estudos de caso.

5 Educação ambiental e conservação da biodiversidade	Fundamentos básicos em ecologia e biologia da conservação	Organismos em seus ambientes físicos; Matéria e energia nos sistemas ecológicos; Relações intraespecíficas; Interações entre espécies; Processos ao nível de comunidades e ecossistemas.
	Educação ambiental e conservação da biodiversidade	Conceitos de biodiversidade; Ecossistemas do Estado do ES; O Sistema Nacional de Unidades de Conservação; As UC's como espaços não-formais de educação ambiental. Atividade integradora: a educação ambiental no contexto socioambiental do território dos municípios.

Participantes do curso de extensão “Educação Ambiental e Políticas Públicas”.

Na primeira edição do curso, inscreveram-se 60 servidores de 12 municípios localizados no norte do estado do Espírito Santo, integrantes do Consórcio PRODNOTRE¹. A seleção dos gestores municipais foi de responsabilidade de cada município, seguindo os seguintes critérios ordenados por prioridade: (1) servidores municipais efetivos que possuem ensino superior e que atuam na gestão ambiental local; (2) servidores municipais efetivos sem curso superior que atuam na gestão ambiental local; (3) servidores municipais que ocupam cargos efetivos de nível superior; (4) servidores municipais indicados pelo consórcio. Nessa edição, todos os 60 servidores indicados e inscritos no curso possuíam nível superior de escolaridade e estavam vinculados às secretarias de meio ambiente ou de educação de seus respectivos municípios.

Produção e análise dos dados

Na primeira edição do curso de Educação Ambiental e Políticas Públicas, realizou-se, no quinto dia de curso (07/09/2021), um diagnóstico inicial, dividido em três etapas, por meio do qual buscou-se compreender o entendimento dos servidores públicos sobre os conceitos de meio ambiente e educação ambiental. A coleta de dados foi realizada por meio de formulários online, elaborados na plataforma Google Forms.

Inicialmente, aplicou-se o Formulário Temático Socioambiental (FTS), que consiste em uma lista contendo 20 palavras-chave relacionadas, no senso-comum, a problemáticas ambientais e sociais. Solicitou-se aos participantes que assinalassem as palavras que considerassem pertencer ao campo ambiental. Quanto maior a quantidade de palavras assimiladas pelo respondente, mais ele se aproxima de uma concepção ambiental integradora (Teixeira; Andrade; San-

¹O Consórcio Público Prodnotre é uma associação de municípios do norte do Espírito Santo, incluindo Boa Esperança, Conceição da Barra, Ecoporanga, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, São Mateus e Vila Pavão. Com sede em Pinheiros, o consórcio visa promover o desenvolvimento sustentável da região por meio da elaboração e execução de políticas públicas integradas. Atua em áreas como segurança pública, educação, infraestrutura e meio ambiente, buscando fortalecer a economia regional e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

tana, 2011). O FTS foi enviado para os 60 participantes tendo sido obtidos 44 formulários preenchidos.

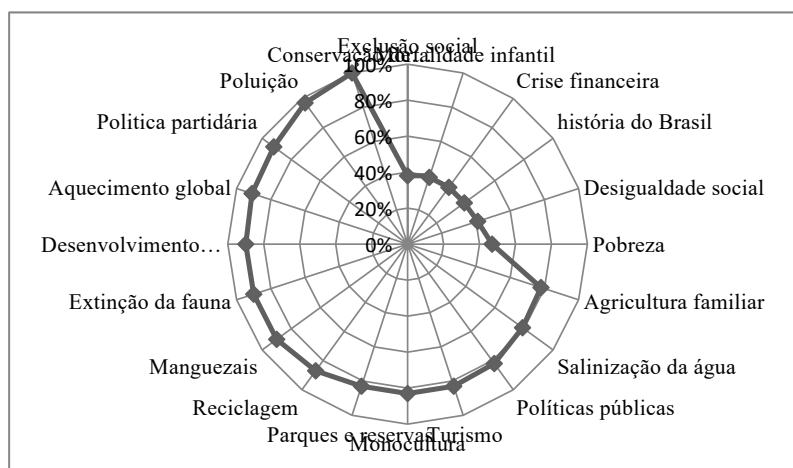
Além do FTS, investigou-se o conceito de meio ambiente e de educação ambiental dos agentes públicos por meio da aplicação das seguintes questões dissertativas: “O que é meio ambiente?” e “Como você define a educação ambiental?”. A orientação para a realização dessa atividade direcionava os cursistas a responderem essas perguntas com base em seus conhecimentos, sem consultas prévias a materiais didáticos ou à internet. Para essas questões, obtiveram-se 40 respostas. Os resultados sobre o conceito de meio ambiente foram analisados com base nas três tipologias de representações sociais propostas por Reigota (2010): naturalista, antropocêntrica e globalizante. As respostas sobre a definição de educação ambiental foram agrupadas por meio de uma análise de conteúdo, com base nas categorias propostas por Layrargues e Lima (2014), que classificam as macrotenências de educação ambiental em conservacionista, pragmática e crítica.

Por fim, após o término do curso de extensão, realizou-se uma avaliação geral da experiência dos agentes públicos por meio de formulário digital. Entre as perguntas feitas aos concludentes, incluiu-se o seguinte questionamento: “O curso contribuiu para alguma mudança de percepção, concepção ou construção de novos olhares sobre algum assunto especificamente? Comente.” As respostas a essa questão foram submetidas à análise de conteúdo. Dos 35 cursistas concludentes, 28 responderam à pergunta supracitada. Para garantir o sigilo da identidade dos respondentes, estes foram codificados da seguinte forma: a consoante maiúscula ‘P’, que se refere ao participante, seguida de um número que indica a ordem de entrega do formulário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as indicações de palavras-chave disponibilizados no FTS aos cursistas, observa-se frequências distintas (gráfico 1).

Gráfico 1: Tendência da concepção sobre o meio ambiente identificada na marcação do FTS por 44 servidores públicos que atuam na gestão ambiental municipal no estado do Espírito Santo. Fonte: produção dos autores.



Conforme se observa no gráfico 1, há uma tendência de aumento das frequências nas respostas em sentido horário, em um movimento que parte de temas considerados pelo senso comum como questões sociais em direção a temáticas consideradas questões ambientais típicas. Nesse movimento, temas como exclusão social, mortalidade infantil, crise financeira, história do Brasil, desigualdade social e pobreza foram assinalados por menos de 50% dos participantes, enquanto temas como manguezais, extinção da fauna, desenvolvimento sustentável, aquecimento global, política partidária e poluição foram assinalados por pelo menos 90% dos participantes, atingindo o tema “conservação de ecossistemas” 100% das indicações. Esses resultados evidenciam uma concepção de meio ambiente por parte dos gestores públicos que se restringe ao meio natural, sem dimensionar que as questões ambientais estão intrinsecamente associadas a questões sociais, culturais, econômicas e históricas, conforme preconizado na carta de Tbilisi (1977)².

A partir das respostas à questão “O que é meio ambiente?”, estas foram classificadas de acordo as representações sociais propostas por Reigota (2010), a saber: naturalista, globalizante e antropocêntrica (Tabela 1).

²Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental promovido pela UNESCO que resultou nas recomendações aos países membros, sobre os conceitos, princípios e objetivos da Educação ambiental (UNESCO, 1980).

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	Nº DE ALUNOS	%
Representação Social de Meio Ambiente	1 - Naturalista	12	30%
	2 - Antropocêntrica	20	50%
	3 - Globalizante	8	20%

Tabela 1. Categorização e respectivas frequências das respostas obtidas para a pergunta “O que é meio ambiente?”, direcionada a 40 servidores públicos que atuam na gestão ambiental municipal no estado do Espírito Santo.
Fonte: produção dos autores.

Observa-se que metade dos gestores compreende o meio ambiente como um espaço que circunda os seres humanos, incluindo todos os seus componentes bióticos e abióticos, mas excluindo o homem da natureza e posicionando-o como indivíduo central, responsável pela gestão dos recursos naturais (Reigota, 2010). Esse resultado pode ser exemplificado pela resposta de um dos participantes (P3): “É o ambiente onde estamos inseridos em sua condição ambiental e biológica. Entendo que seja tudo que usamos e utilizamos em nosso cotidiano para vivermos”. Observa-se também que 30% desses gestores consideram o conceito de meio ambiente apenas como sinônimo de natureza, confundindo-o com conceitos ecológicos (Reigota, 2010), conforme ilustrado na resposta de um dos participantes (P6): “Entende-se por meio ambiente o conjunto de fatores físicos, químicos e biológicos que permitem a existência da vida em suas mais diversas formas”.

Por fim, apenas 20% dos agentes públicos apresentaram uma concepção globalizante/integradora, ao responderem que consideram o meio ambiente como o espaço que os cerca, incluindo as relações sociais e, principalmente, a relação do ser humano com o seu espaço de vivência (Reigota, 2010), conforme exemplificado na resposta de um dos participantes (P21): “Meio ambiente somos nós, o meio que nos cerca e as relações que estabelecemos com esse meio”. Assim, esses resultados corroboram os dados obtidos através da aplicação do FTS. No entanto, para compreender sua complexidade, é necessário que o indivíduo entenda o meio físico e biótico, bem como sua interação com as dimensões socioeconômica e cultural, considerando o contexto político onde esses pontos interagem (Bursztyn; Bursztyn, 2012, Layrargues; Lima, 2014).

Com relação ao conceito de educação ambiental, todas as respostas foram analisadas e classificadas de acordo com as macro tendências pedagógicas propostas por Layrargues e Lima (2014) (Tabela 2).

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	Nº DE ALUNOS	%
Macro tendências	1 - Conservacionista	20	45,5%
Político-Pedagógicas da	2 - Pragmática	17	38,5%
Educação Ambiental	3 - Crítica	7	16,0%

Observa-se o predomínio de respostas de tendência conservacionista, uma vez que 45,5% dos participantes consideraram a educação ambiental apenas como uma ferramenta de conscientização ecológica para a preservação do meio ambiente natural, visto como intocável. Essa perspectiva pode ser ilustrada pela seguinte respostas (P7): “Educação ambiental é o processo de ensinar, instruir, transmitir conhecimento e práticas de preservação, cuidado, respeito, proteção ao meio ambiente onde habita os seres vivos”.

Constata-se ainda que 38,5% das respostas seguiram uma tendência pragmática, ao considerarem a educação ambiental como uma ferramenta de conscientização, porém focada no âmbito individual do ser humano, com o objetivo de promover mudanças na redução de gastos e no consumo de recursos naturais, visando ao desenvolvimento sustentável e excluindo a complexidade das relações sociais. Essa perspectiva fica evidente, por exemplo, na seguinte

resposta (P22): “Processo por meio do qual o indivíduo adquire conhecimento necessário ao desenvolvimento sustentável”.

Segundo Layrargues e Lima (2014), a visão pragmática é caracterizada pela ausência de reflexão que permita a compreensão contextual e articulada das causas e consequências dos problemas ambientais. Essa ausência decorre da crença na neutralidade da ciência e resulta em uma percepção superficial e despolitizada das relações sociais e de suas interações com o ambiente. Essa visão pode ser percebida nessas respostas, uma vez que não trazem uma reflexão do meio ambiente como um todo. Consta-se que, na busca por soluções para as problemáticas ambientais, não se leva em consideração suas raízes, uma vez que a complexidade das relações sociais é desconsiderada.

Apenas 16% dos gestores consideraram a educação ambiental como um processo de ensino-aprendizagem que integra os aspectos naturais e sociais como algo indissociável, baseado nos valores, culturas e crenças adquiridas ao longo do tempo, tratando o ser humano como parte do meio e em constante integração com o ambiente ao seu redor. Entre as respostas que evidenciam essa tendência, destaca-se o seguinte comentário de um participante (P16): “Se juntar ‘Educação Ambiental’ será algo emancipatório se conjugando e compreendendo-se como elemento de transformação social inspirado no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos”.

Para Layrargues e Lima (2014), as dimensões política e social da educação são fundamentais para sua compreensão, mas não devem ser dissociadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades. Considerando a necessidade de repensar a educação ambiental e todas suas dimensões, compreendemos que:

Por essa perspectiva complexa torna-se não só possível como necessária a incorporação das questões culturais, individuais e subjetivas que emergem com as transformações das sociedades contemporâneas, a resignificação da noção de política, a politização da vida cotidiana e da esfera privada, expressas nos novos movimentos sociais e na gênese do próprio ambientalismo. As dimensões política e social da educação e da vida humana são fundamentais para sua compreensão, mas elas não existem separadas da existência dos indivíduos, de seus valores, crenças e subjetividades (Layrargues; Lima, 2014, p. 33).

Dessa forma, constata-se que a maioria desses gestores compreende a educação ambiental a partir de uma tendência conservadora, prevalecendo a concepção naturalista e conservacionista das questões ambientais, com pouca problematização da realidade, entendendo a educação apenas em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas (Loureiro, 2005).

O predomínio da concepção simplificada de meio ambiente e, consequentemente, das tendências político-ideológicas conservadora e pragmática de educação ambiental, reflete um problema generalizado, uma vez que diagnósticos realizados com professores e estudantes do ensino básico (Dill; Carniatto, 2020; Estevam; Gaia, 2017) e do ensino superior (Teixeira; Andrade; Santana, 2011) também evidenciam essas mesmas tendências. Percebe-se, portanto, a relevância da formação continuada de profissionais que atuam nas áreas ambiental e educacional, como a realizada por meio de extensão universitária, visando à melhoria da oferta e/ou gestão da educação ambiental nos municípios.

Ao avaliar as possíveis mudanças na concepção de meio ambiente e das tendências político-ideológicas de educação ambiental promovidas pelo curso, observou-se que 85,7% dos agentes públicos relataram algum tipo de mudança de percepção sobre os temas, como pode ser verificado na tabela 03.

Tabela 03 - Distribuição das respostas dos concludentes sobre possíveis mudanças de percepção, concepção ou construção de novos olhares sobre algum assunto provocado pelo curso de extensão.
(N = 28 respondentes).
Fonte: produção dos autores.

Categoria	Comentário do cursista concludente	Frequência
Mudança nas concepções de meio ambiente	P2. Mudei completamente minha visão acerca do conceito de meio ambiente e das questões ambientais. P5. Sobre a importância de se preservar o meio ambiente, ser um defensor dessa ideia. P15. Ampliou muito meu conceito de meio ambiente. P23. Contribuiu muito para a construção de novos olhares para o meio ambiente.	4
Mudanças na concepção sobre Teoria e prática em Educação ambiental	P1. Uma educação ambiental mais sustentável, no sentido de continuidade das ações e foco. P4. Me apresentou uma nova visão para área da Educação Ambiental. P10. Tenho uma outra visão sobre educação ambiental. P16. Com certeza. Tínhamos uma ideia de educação ambiental ser somente a preservação da água, da natureza, e ensinar as crianças a separarem	12

	o lixo ou plantarem árvores. Mas a educação ambiental está muito além disso, e o curso proporcionou essa visão mais ampla a cerca do tema. P17. Sim, especificamente em relação ao ambiente social, suas influências, interações, ações e sua inferência nas questões ecológicas, o curso me ajudou principalmente a entender que não é superpopulação que agride o meio ambiente, mas sim o trato que dispensamos ao nos relacionarmos com o meio em que vivemos. P19. Ficou clara a ideia de que a educação ambiental é mais do que somente ensinar a preservar a natureza. É preciso considerar os aspectos sociais na questão ambiental. P20. É preciso politizar a discussão sobre meio ambiente. P22. Passei a conhecer mais a história e a legislação ambiental. P24. Conhecer e estabelecer um olhar de percepção sobre as macro-tendências da Educação Ambiental. P26. Consolidação do conceito didático de Educação Ambiental como elemento de transformação. P27. Construção de novos olhares em relação ao meio ambiente e abordagem e metodologia de implementação da E.A. P28. Abriu novos horizontes em relação a alguns conceitos.	
Mudança na Gestão da educação ambiental	P3. De se construir um espaço de educação ambiental no meu município; etc. P6. Novas possibilidades reais para a EA no município. P8. Pude aprender com os outros colegas e principalmente ter uma percepção maior sobre a nossa função na questão ambiental.	3

Maior qualificação da Prática profissional	P7. O curso contribuiu demais, pude assimilar minha formação com prática e realidade. P9. Aprendi que nem sempre é possível fazer o que é ambientalmente correto, mas que é preciso tentar sempre. P25. Sim, contribui muito para minha atuação como gestor.	3
Importância das Políticas públicas	P11. Maior compreensão, principalmente em políticas públicas, sim. P13. Em políticas públicas. Deu base para a elaboração da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental. P21. Sim, uma das principais percepções que pude ter através do curso foi a falta de atenção e investimento nas pautas ambientais em vários municípios. Foi possível perceber que em sua grande maioria as cidades enfrentam os mesmos problemas, as mesmas problemáticas se repetem em várias localidades distintas.	3
Respostas genéricas	P12. A filosofia grega! Marcou muito. P18. Sem dúvida sim. P14. Sim, vários aspectos.	3

No contexto da atuação profissional dos servidores da gestão da educação ambiental, sugere-se que o curso de extensão contribuiu para a ressignificação do conceito de meio ambiente e para a promoção de mudanças na compreensão das dimensões e tendências da educação ambiental, conforme evidenciado nos comentários apresentados na tabela 3. Isso sugere que o curso de extensão foi meritório no objetivo de ampliar a compreensão sobre a educação ambiental os agentes públicos. Algumas respostas também indicam o aperfeiçoamento do exercício profissional e uma maior qualificação para a elaboração e execução de políticas públicas, conforme ilustrado no seguinte comentário (P13): “Em políticas públicas. Deu base para a elaboração da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental”.

A educação ambiental engloba formas e práticas distintas de enfrentamento das questões socioambientais, o que a torna um campo marcado por caracte-

rísticas contraditórias, diversificadas, conflituosas, complementares e antagônicas (Loureiro; Lima, 2012). Dessa forma, existem projetos de educação ambiental com uma base teórico-prática mais conservadora, enquanto outros se fundamentam em aspectos voltados radicalmente para a emancipação e transformação da sociedade (Arrais; Bizerril, 2020). Nesse contexto, os resultados obtidos permitem identificar as mudanças promovidas pelo curso e a complexificação do pensamento sobre a educação ambiental, conforme evidenciado na frase do participante (P16): “Com certeza. Tínhamos uma ideia de educação ambiental ser somente a preservação da água, da natureza, e ensinar as crianças a separarem o lixo ou plantarem árvores. Mas a educação ambiental está muito além disso, e o curso proporcionou essa visão mais ampla a cerca do tema”.

É importante reconhecer as contribuições de toda pluralidade de práticas da educação ambiental. No entanto, diante das limitações da educação ambiental conservacionista apontadas por alguns autores de tendência crítica, surge o desafio de expandir o conceito de meio ambiente e a dimensão da educação ambiental, preparando os agentes públicos para o desenvolvimento de ações efetivas no enfrentamento de conflitos socioambientais. Ressalta-se que não se pretende estereotipar ou uniformizar o pensamento da educação ambiental, tampouco enaltecer a educação ambiental crítica em detrimento das demais tendências. Entretanto, é essa abordagem que se abre à reflexão da realidade e ao diálogo sobre o enfrentamento das desigualdades e injustiças socioambientais (Layrargues; Lima, 2014).

Assim, as mudanças destacadas nos comentários dos concluintes podem favorecer a elaboração de política pública municipal de educação ambiental mais qualificadas, além de contribuir para a interlocução entre a sociedade civil e o poder público, visando à construção coletiva de políticas que considerem tanto os aspectos naturais como os históricos, culturais, políticos e sociais (Tizoni-Reis, 2019; Arrais; Bizerril, 2020).

Os resultados obtidos evidenciam a importância de investir em cursos de extensão para agentes públicos, uma vez que ainda predomina uma tendência político-ideológica reducionista no campo de atuação da educação ambiental. É necessário que esses servidores compreendam a importância dos aspectos teóricos e metodológicos da educação ambiental, fundamentados em um referencial crítico, dialético e histórico, que favoreça a reflexão sobre a complexidade social de cada município, ampliando a participação cidadã e promovendo a elaboração de políticas públicas que evidenciem a ressignificação do meio ambiente e a transformação da sociedade local.

Assim, para criar condições que favoreçam a participação política dos diferentes segmentos sociais, tanto na formulação quanto na aplicação de políticas públicas, os agentes públicos precisam estar qualificados para atuar em conjunto com a sociedade civil organizada, compreendendo a educação ambiental

como um processo que institui novas relações entre os indivíduos e destes com a natureza (Layrargues, 2000).

CONCLUSÕES

A presente pesquisa revela resultados relevantes sobre a ressignificação das concepções de meio ambiente e das tendências de educação ambiental entre os agentes públicos municipais participantes do curso de extensão. Os dados coletados demonstram uma mudança substancial nas percepções dos participantes, que antes se pautavam por uma visão conservacionista e pragmática da educação ambiental, para uma perspectiva mais ampla. Por meio do embasamento teórico e das atividades proporcionadas pelo curso, os agentes públicos foram capazes de compreender a complexidade das questões ambientais, reconhecendo a interdependência entre os diversos elementos que constituem o meio ambiente.

Além disso, o enfoque crítico adotado no curso permitiu aos participantes questionar as estruturas sociais e políticas que perpetuam desigualdades e injustiças socioambientais, estimulando a reflexão sobre suas próprias práticas e sua participação na construção da política municipal de educação ambiental. Assim, o presente estudo evidencia a relevância de cursos de formação continuada em educação, voltados para a qualificação dos agentes públicos municipais, de modo a consolidar a educação ambiental como uma política pública, direito do cidadão e obrigação do Estado.

REFERÊNCIAS

ANPPEA. Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental. **Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental**. 2018. Disponível em: [sumarioexecutivoindicadores_05_12.pdf](#)

ARRAIS, A. A. M., & BIZERRIL, M. X. A. (2020). **A Educação Ambiental Crítica e o pensamento freireano: tecendo possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao retrocesso estabelecido no contexto brasileiro**. REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, 37(1), 145–165. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v37i1.10885>.

BARBOSA, L. C. **Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil**. In: IV Encontro Nacional da Anppas, Brasília - DF. Anais eletrônicos. Junho de 2008. Disponível em: [publicacao11.pdf \(mec.gov.br\)](#).

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental:** os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Disponível em: Fundamentos de política e gestão ambiental (usp.br).

COELHO, F.T.; TEIXEIRA, M.C.; SANCHES, D.S.; SANTOS, F.N. **O Desafio da Educação Ambiental Crítica na Educação e no Trabalho do Campo.** Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 21, p. e26177, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/26177/27345>.

DILL, M. A.; CARNIATTO, I. **Concepções de meio ambiente e educação ambiental de professores do ensino fundamental.** Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA), v. 15, n. 5, p. 152-172, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9928/7936>.

ESTEVAM, C. S.; GAIA, M. C. M. **Concepção Ambiental na Educação Básica:** subsídios para estratégias de Educação Ambiental. Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA), v. 12, n. 1, 195-208, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2265/1444>.

GUIMARÃES, L. A.; OLIVEIRA, A. F. F. B. **A Importância da Formação em Gestão Pública Municipal para os Gestores Públicos no Exercício de suas Funções.** Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 13, n. 45, p. 356-372, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1735/2520>.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental:** o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In: Educação e Pesquisa, vol.31/2. FEUSP, São Paulo, pp. 233- 250, 2005. Disponível em: [a07v31n2.pdf](https://scielo.br/p1/a07v31n2.pdf) (scielo.br).

KRUSE, L. **Compreendendo o ambiente em psicologia ambiental.** Psicologia USP, v. 16, n. 1/2, p. 41-46, 2005. Disponível em: [B06_LENELIS-SBD.PDF](https://scielo.br/p1/B06_LENELIS-SBD.PDF) (scielo.br).

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira.** Ambiente & Sociedade, v. XVII, n. 1, 2014. Disponível em: scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt.

LAYRARGUES, P. P. **Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais.** In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). Sociedade e meio ambiente: a Educação Ambiental em debate. São Paulo: Cortez, p. 87-155, 2000.

LOUREIRO, C. F. B. **Complexidade e Dialética:** Contribuições à práxis políticas e emancipatórias em Educação Ambiental. Educação & Sociedade, v. 26, n.93, p. 1473-1497, 2005. Disponível em: [Rev81_04DOSSIE](https://scielo.br/p1/Rev81_04DOSSIE) (scielo.br).

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. **A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar:** Nova estratégia do capital. Revista Contemporânea de Educação, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1672>.

MAGALHÃES, N.; LOUREIRO, C. F. B. **A institucionalização da educação ambiental no licenciamento:** uma política para a participação social na gestão ambiental pública. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 11, n. 1, p. 125-137, 2016. Disponível em: bernadet,+9-A+Institucionalização.pdf.

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. **A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais.** Revista científica ANAP Brasil, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: (40) A PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE PROPOSTAS EDUCATIVAS E DE POLÍTICAS AMBIENTAIS | Gilson Queiroz - Academia.edu.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Declaração de Tbilisi.** 1977. Disponível em: Tbilisi Declaration (1977) (nc.gov). Acesso em 8.mar.2024. QUINTAS J. S.; OLIVEIRA, M. J. G. A Formação do Educador para atuar no Processo de Gestão Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA. Brasília, DF, 1995. Disponível em: EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA: (icmbio.gov.br).

REIGOTA, M. **Meio ambiente e Representação Social.** 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, M. C.; ANDRADE, M. A. S.; SANTANA, R. S. **Representações de educação ambiental entre estudantes de Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.** In: SEABRA, G.; MENDONÇA, I. (Orgs). **Educação ambiental:** Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa, v.4, p. 15-35, 2011. Disponível em: Educacao_Ambiental_Responsabilidade_para.pdf.

TOZONI-REIS, M. F.C. **Sobre educar e transgredir.** Editorial. Ciênc. Educ., Bauru, v. 25, n. 1, p. 3-4, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132019000100003.

UNESCO. **Environment education in the lighth of the Tbilisi conference.** Unesdoc, digital library. Disponpivel em: Environmental education in the light of the Tbilisi Conference - UNESCO Digital Library.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossa profunda gratidão aos Consórcios intermunicipais pela contribuição com a mobilização dos agentes públicos municipais para participarem do curso. Reconhecemos igualmente o apoio da fundamental da Diretoria de Interlocução com a Sociedade da Pró-Reitoria de Extensão/UFES pela contribuição no processo de gestão do curso junto aos municípios e pela certificação dos concludentes.

FONTES DE FINANCIAMENTO

O curso de extensão “Educação ambiental e políticas públicas” contou com apoio financeiro do Governo do Estado do Espírito Santo por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA e da Escola do Serviço Público do Espírito Santo - ESESP.